

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

CONSOLIDADO

Exercício de 2017

1 de 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.747.991,42	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	34.721.692,80	30.346.267,74
IMPOSTOS	1.120.167,64	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	29.710.504,49	24.656.716,75
TAXAS	112.810,21	0,00	ENCARGOS PATRONAIS	5.010.903,15	5.631.050,99
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	515.013,57	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCAF	285,16	58.500,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	17.143,59	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	337.837,04	1.500,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	17.143,59	0,00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	266.337,04	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	166.699,45	0,00	PENSÕES	71.500,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	166.699,45	0,00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.500,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	38.660.292,15	60.414.431,37	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	10.812.714,19	15.962.001,83
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	53.283.082,78	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.183.879,57	8.242.179,78
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	38.660.292,15	7.131.348,59	SERVIÇOS	5.614.499,57	6.951.750,84
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	4.886.002,82	0,00	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	14.335,05	768.071,21
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.886.002,82	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	191.287,80	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	43.373,33	2.038.934,76	JUROS E ENCARGOS DE MORA	191.287,80	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	43.373,33	2.038.934,76	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	7.491.560,56
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	45.521.502,76	62.453.366,13	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	7.491.560,56
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	1.055.309,05	0,00	TRIBUTÁRIAS	443.433,73	7.742,30
			CONTRIBUIÇÕES	443.433,73	7.742,30
TOTAL	46.576.811,81	62.453.366,13	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	69.846,25	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	69.846,25	0,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	46.576.811,81	53.809.072,43
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	0,00	8.644.293,70
			TOTAL	46.576.811,81	62.453.366,13



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

CONSOLIDADO

Exercício de 2017

2 de 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	580.335,33	1.270.863,55
INVESTIMENTOS	580.335,33	1.270.863,55
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	364.016,02	768.071,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	364.016,02	768.071,21
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	9.460,00
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS(RECEITAS)	0,00	9.460,00





NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA

(Administração Direta e Indireta – Consolidado)

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como município por força de Lei Estadual, a Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 11.097.250/0001-08, estando atualmente localizada na Rua 21 de Abril, 01, Centro de Lagoa de Itaenga, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2017, o município de Lagoa de Itaenga conta com 21.300 habitantes e sua economia baseia-se agricultura e pecuária, além de pequenas indústrias. Nesse cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

A estrutura administrativa e operacional da prefeitura é composta por um quadro de 1.090 servidores, contratados por meio de concursos públicos, processos seletivos e nomeação direta, estes das mais variadas áreas de formação profissional. Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/> e <http://pemmac.dcfiorilli.com.br:8078/transparencia/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Município de Lagoa de Itaenga integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade



pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Lei 672/2016 de 08/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 674/2017 de 03/01/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

O Município não possui órgãos da Administração Indireta.

As secretarias municipais são:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- Secretaria de Finanças;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Esporte, Juventude e Cultura;
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Promoção Social e Direito Humano;
- Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação;
- Secretaria de Educação (FUNDEB);
- Secretaria de Administração, Governo e Desenvolvimento Econômico;

Os Fundos Especiais são:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;



Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utiliza de outro sistema. Consideramos o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral Município, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Em 2016 e 2017 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:



Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Compreende toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais e transferências de instituições multigovernamentais.

Valorização e Ganhos com Ativos: Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais: Representa a despesa executada com a remuneração do pessoal aposentados e reformados.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos.

Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despesa com o PASEP e ACS – Associação Conexão Social.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.



3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. A desincorporação de passivos num total de R\$ 364.016,02 refere-se às amortizações de parcelamentos de débitos com o INSS, detalhados na Dívida Fundada e contabilizados como despesa de capital no grupo 4.6.00.00. Os resultados das variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo positivo num total de R\$ 944.351,35, sendo este 116,91% menor que resultado positivo de 2016 num valor total de R\$ 2.048.394,76.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 1.055.309,05, devidamente incorporado ao Patrimônio Líquido da entidade.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

MARIA DAS GRAÇAS DE ARRUDA SILVA
Prefeita Municipal

JOÃO PAULO DE MEDEIROS
Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO
Contador CRC PE nº 021930/O-0